



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS  
**ATOrd 0192400-13.2003.5.02.0242**  
RECLAMANTE: VALDIR DA SILVA  
RECLAMADO: ISAAC FERNANDES MACHADO

## Edital de Leilão Judicial Unificado

### 2ª Vara do Trabalho de Cotia/SP

### Processo nº 0192400-13.2003.5.02.0242

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 02/07/2024, às 10:09 horas, através do portal da leiloeira Tatiana Paula Zani de Sousa - [www.liderleiloes.com.br](http://www.liderleiloes.com.br) serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **VALDIR DA SILVA, CPF: 900.686.539-72, exequente, e ISAAC FERNANDES MACHADO, CPF: 239.059.489-15, executado(s)**, conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

A Parte Ideal Correspondente à 50% do IMÓVEL MATRÍCULA 64.570 do Serviço de Registro de Imóveis de Cotia/SP de Propriedade de Isaac Fernandes Machado CPF 239.059.489-15. Contribuinte nº 23162.32.24.1361.00.000 da Prefeitura do Município de Cotia/SP. DESCRIÇÃO: IMÓVEL# UM TERRENO URBANO, constituído das ÁREAS "D" e "E", destacadas da área C do loteamento denominado PARQUE RINCÃO, Gleba II, situado na altura do Km.30 da Rodovia Raposo Tavares, neste Município e Comarca de Cotia-SP, assim descrito: mede 52,80 metros de frente para a Estrada Fernando Nobre; do Lado direito, de quem da rua olha para o imóvel, mede 47,90 metros e confronta com o lote "C"; do lado esquerdo, olhando no mesmo sentido, mede 42,00 metros e contronta com áreas de Lopes Salgado; nos fundos mede 43,50 metros, confrontando com área de Cláudio Domingos, encerrando a área de 2.198,00 metros quadrados. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o Oficial de justiça, que: "Conforme, descrição realizada em certidão destes autos, de id. 10fde52, o imóvel é composto por três pavimentos a seguir descritos: 1- pavimento inferior, composto por dois salões, cada um com um banheiro, sendo que um salão recebe o número 11 e o outro o 12; 2- pavimento térreo, composto por dois salões, cada um com um banheiro e uma copa, sendo que um salão recebe o número 21 e o outro 22; 3- pavimento superior, composto por quatro salões, cada um com um banheiro, sendo que os salões recebem os números 31 ao 34. Fora estimadas, ainda, as seguintes metragens aproximadas de cada uma das salas: nº 11 possui cerca de 71m², correspondente a

12,45% do total do imóvel; nº 21 possui cerca de 78m², correspondente a 13,68% do total do imóvel; nº 31 possui cerca de 34m², correspondente a 5,96% do total do imóvel e nº 33 possui cerca de 36m², correspondente a 6,31% do total do imóvel" (Id: 4f771c9); 2) Há outra penhora; 3) Não há débitos de IPTU até 25/10/2023 (Id: b76ace5); 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07/2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do referido provimento). Valor Total da Avaliação da Parte Ideal Correspondente à 50% do Imóvel em R\$ 1.625.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte cinco mil reais).

Local dos bens: Estrada Fernando Nobre, 810 - Gleba II - Lote D e E - Cotia/SP

Total da avaliação: R\$ 1.625.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte cinco mil reais)

Lance mínimo do leilão: 50%

Leiloeira Oficial: Tatiana Paula Zani de Sousa

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: cliente@liderleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja credor no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião

do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

g) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

h) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

SAO PAULO/SP, 15 de março de 2024.

**JOAO CARLOS DA VEIGA**  
Servidor



Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS DA VEIGA - Juntado em: 15/03/2024 16:17:49 - 3884395  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24031516174725200000339414551?instancia=1>  
Número do processo: 0192400-13.2003.5.02.0242  
Número do documento: 24031516174725200000339414551